

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador do Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional - LABIMEC

Cassio da Nobrega Besarria

Coordenador do boletim macroeconômico

Bruno José Bezerra Silva

Vice-coordenadora do boletim macroeconômico

Maria Raiane Rafaela Rodrigues

Pesquisadores

Enia Maria Rathge Rangel Soares

Filipe Alrelío Gomes da Silva

Gabriel Santos de Sousa

Gleydson Kelson Correia e Castro

Gustavo Pereira da Silva

Hylolitta Adrielle Costa de Araújo

Isabela Silva de Araújo

João Anderson da Silva Felix

Maria Clara dos Santos

SOBRE O COORDENADOR GERAL



Cássio da Nóbrega Besarria

Coordenador do LABIMEC

Doutorado, em 2014, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (Pimes), da Universidade Federal de Pernambuco. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia entre os anos de 2019 e 2021. Atualmente é Pró-Reitor de Administração da UFPB e coordena o Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC).

Recebeu os prêmios do Tesouro Nacional (2018, 2020 e 2022), SOF (2021 e 2022), FEBRABAN (2022), Selo Defensoria Pública de Responsabilidade Social, I Concurso Nacional de Artigos Científicos do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração, em 2020, além do ENPECON (2014 e 2018).

SOBRE O COORDENADOR DA EQUIPE



Bruno José Bezerra Silva

Coordenador do boletim macroeconômico

Doutorando em economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Desde 2016 vem publicando diversos artigos científicos em revistas e congressos nacionais e internacionais, sobretudo nas áreas de finanças, econometria e macroeconomia. No âmbito de mercado profissional, carrega experiência no setor privado e público, especialmente sobre atividades de elaboração e análise de indicadores econômicos.

SOBRE A VICE-COORDENADORA DA EQUIPE



Maria Raiane Rafaela Rodrigues

Vice - coordenadora do boletim macroeconômico

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPE/UERN). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Suas pesquisas são direcionadas ao crescimento econômico, mercado de trabalho e macroeconomia. Possui publicações de artigos científicos em eventos nacionais. Além disso, detém experiência com a linguagem de programação R e manipulação de dados.

SUMÁRIO

- 07** Apresentação
 - 08** Produto Interno Bruto (PIB)
 - 10** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
 - 12** Taxa de juros
 - 14** Taxa de câmbio
 - 16** Mercado de trabalho
 - 17** Indicadores econômicos na Paraíba
 - 36** Referências
-

APRESENTAÇÃO

A pesquisa sobre o cenário macroeconômico é relevante, pois ajuda a compreender o comportamento de variáveis conhecidas (por exemplo: câmbio, inflação, juros, entre outros), mas também auxilia no processo de identificação de itens subjacentes. Nesse sentido, esses dados são essenciais no processo de análise da série temporal e eventuais projeções que devem, por sua vez, corroborar na elaboração de estratégias e políticas públicas.

Seguindo essa linha de raciocínio, o presente boletim objetiva reunir, compactar e publicar informações sobre o cenário macroeconômico brasileiro, bem como apresentar indicadores relevantes para a dinâmica do desenvolvimento econômico da Paraíba. Acredita-se que essa iniciativa deve colaborar na difusão da ciência e auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão nos órgãos públicos e/ou nas organizações privadas.

Para a abordagem escolheu-se cinco elementos macroeconômicos para análise, sendo eles: PIB, taxa de inflação, taxa de juros, câmbio e mercado de trabalho. Todavia, as análises não se limitam a esses elementos, pois devem percorrer variáveis derivadas ou itens afins.

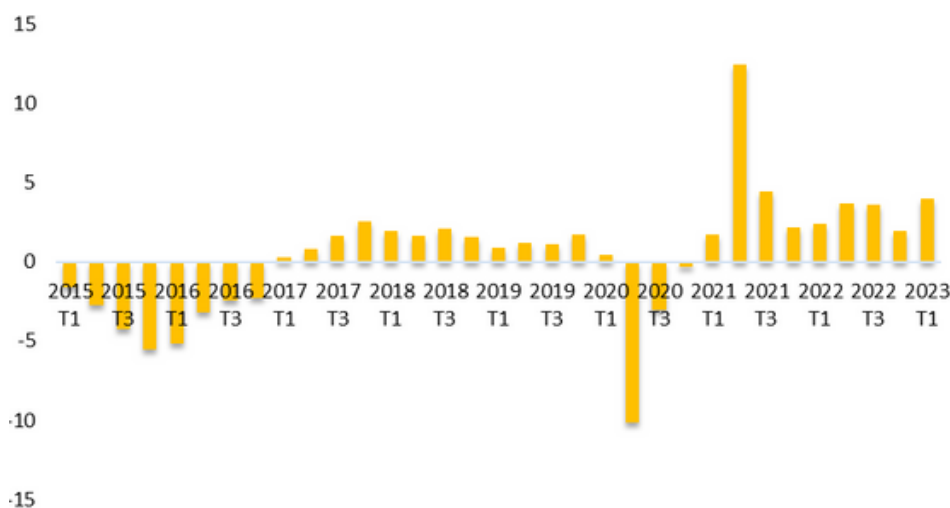
Por fim, é importante afirmar que esse boletim foi produzido pelos pesquisadores do Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fundado no ano de 2018 e que, desde então, vem realizando pesquisas voltadas para a análise de políticas macroeconômicas.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

PIB

O cenário da economia brasileira do primeiro trimestre de 2023 foi positivo, pois o PIB do país apresentou um crescimento de 1,9% em comparação ao último trimestre de 2022.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB, 1º tri., 2015 - 1º tri., 2023



Fonte: IBGE, 2023.

Um dos fatores que ajudam a explicar esse acréscimo é dado pelo bom desempenho do setor agropecuário, que obteve um crescimento de 21,6% nos primeiros três meses do ano, uma taxa recorde para o setor nos últimos anos. O setor agropecuário alcançou esse expressivo aumento devido às safras recordes de colheita, especialmente, nas plantações de soja e milho.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou no início de junho projeções para as colheitas dos principais grãos e a soja apresentou uma safra 24% maior que a anterior, sendo 30,2 milhões de toneladas colhidas a mais no período 2022/2023.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O setor de serviços também configurou um leve aumento de 0,6% em relação ao último trimestre de 2022. Este setor possui grande relevância para a economia brasileira, tendo em vista que teve uma participação no PIB nacional de mais de 60%, nos últimos anos.

Após o início da flexibilização das medidas sanitárias e da vacinação contra a Covid-19, o setor terciário obteve uma expressiva recuperação. No entanto, no início de 2023, demonstrou uma desaceleração, o que pode ser natural após um crescimento maior no processo de recuperação da pandemia. Outros fatores que podem estar atrelados a esse desempenho é o comportamento da taxa Selic, acima de 13%, no primeiro semestre do ano, lembrando que o crescimento da taxa de juros aumenta o custo do crédito e afeta os indicadores de endividamento.

Já o setor industrial apresentou uma queda pequena de 0,1%. A indústria apresenta pouco impacto no PIB brasileiro. Um fator que pode dificultar o investimento no setor é o custo muito alto do crédito, mesmo com os incentivos dos programas PEAC-FGI e Pronampe. O resultado negativo da indústria não impacta de forma representativa o primeiro trimestre do PIB do país. Dentro do setor, as indústrias extrativas registraram melhor resultado (2,3%) em relação ao final de 2022. Quando comparado ao mesmo período as extrativas cresceram 7,7% nos primeiros três meses de 2023.

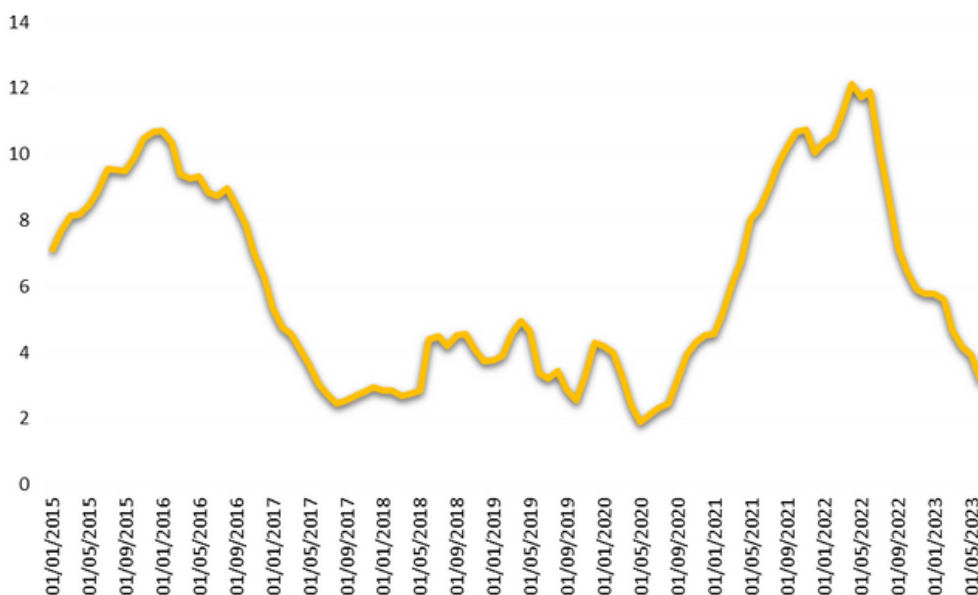
Portanto, tem-se que o crescimento da economia brasileira, neste primeiro trimestre do ano, foi impulsionado pelo choque positivo do setor agropecuário, que, se mantiver essa tendência de crescimento, pode ajudar a manter o PIB em expansão. A possibilidade de diminuição da taxa Selic, se acompanhado de novos investimentos privados e públicos, nos próximos meses, pode ser esperado que o setor de serviços e industrial tenham efeitos mais robustos na economia. Porém, no cenário atual, presume-se que o impacto do setor agropecuário e serviços, no primeiro trimestre, seja diluído ao longo do ano; logo, o PIB apresentará uma desaceleração.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

TAXA DE INFLAÇÃO

O IPCA vem apresentando um declínio recente relevante, de modo que passou de 11,89%, em junho de 2022, para 3,16% no mesmo mês do ano corrente; ou seja, uma diferença 8,73%. Certamente, esse resultado influenciou o comportamento de outras variáveis econômicas, especialmente, no comportamento dos consumidores e firmas.

Gráfico 2 - IPCA, jan. 2015 - jun. 2023



Fonte: BCB, 2023.

Entre os múltiplos fatores que podem afetar a taxa de inflação, destaca-se a taxa de juros que, desde setembro de 2022, permanece no patamar de 13,75%; contribuiu, de forma significativa, para a redução do IPCA no país. Além disso, esse declínio deve estar associado com o término da pandemia causada pela Covid-19 e a retomada das atividades econômicas.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

No mês de janeiro de 2023, registrou-se a taxa de inflação de 0,53% e 5,77% em doze meses. Nesse sentido, é importante afirmar que essa alteração deve estar vinculada com o aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos e bebidas, tendo em vista os problemas no plantio de cenouras e batatas-inglesas. Por outro lado, o setor de vestuário precisou reduzir os preços dos itens derivados do período natalino. Dessa forma, as empresas tentaram extinguir os prejuízos dos produtos em estoque.

Em fevereiro, o IPCA subiu 0,84% e 5,6% no acumulado de doze meses. Esse resultado está associado com o setor de educação, especialmente, em virtude dos reajustes nas mensalidades e compras de materiais escolares. Ademais, pode-se mencionar o setor de habitação, que apresentou alta nos preços em decorrência do acréscimo nos preços dos aluguéis.

Em março, a taxa de inflação foi registada em 0,71% e 4,65% em doze meses. Tal aumento tem participação maciça do setor de transporte, pois ocorreu uma retomada da cobrança de impostos federais, que resultaram em um novo acréscimo nos preços dos combustíveis. Além disso, cabe salientar que o setor da saúde também teve papel importante para o aumento do IPCA no mês, porque aconteceu o reajuste nos preços dos planos de saúde.

Em abril, o IPCA cresceu 0,61% e 4,18% em doze meses. Apesar de esse resultado indicar um decréscimo inflacionário em comparação aos últimos meses, os dados mostram o setor de saúde continua provocando efeitos relevantes na taxa de inflação. O anúncio feito no mês anterior teve repercussão nos preços em abril, também, especialmente, sobre o orçamento de pessoas deficientes e/ou idosas. O aumento dos preços dos planos de saúde, verificado no mês anterior, arrasta-se até o mês atual, quando ocorreram acréscimos nos preços de produtos e serviços de beleza.

Em maio, o IPCA mensal subiu 0,23% e 3,94% no acumulado de doze meses. Nesse contexto, pode-se afirmar que o aumento nos preços dos planos de saúde continua causando efeito sobre a taxa de inflação. Além disso, é importante dizer que as comemorações do dia das mães influenciaram para o resultado obtido, especialmente, no segmento de vestuário.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

Em junho, o IPCA decresceu em $-0,08\%$ e $3,16\%$ no acumulado de doze meses. Desse modo, esse resultado representa a primeira deflação mensal ao longo de 2023. Nesse contexto, é importante dizer que esse dado foi alcançado em decorrência de um conjunto de fatores favoráveis, entre eles: desaceleração dos preços de alimentos (em virtude da redução de grãos e commodities) e transportes (diminuição dos preços dos combustíveis e veículos populares).

Na perspectiva de classes socioeconômicas, percebe-se que o comportamento da taxa de inflação impacta, especialmente, os indivíduos que estão nos pontos extremos, ou seja, a classe alta e a mais baixa, respectivamente. Em ambos os grupos, os gastos com alimentação e despesas pessoais são os mais afetados. Dessa forma, entende-se que a utilidade dos bens é um fator determinante para os indivíduos.

TAXA DE JUROS

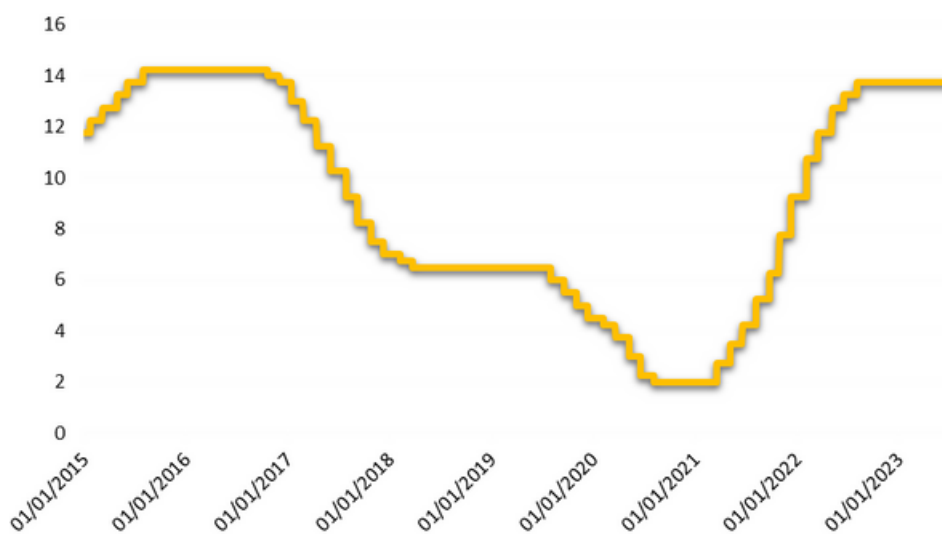
TAXA SELIC

A taxa de juros, no Brasil, foi mantida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em $13,75\%$ ao ano, na última reunião do conselho, realizada em junho. Esse patamar é mantido desde agosto de 2022. A decisão do Copom em permanecer com a mesma taxa de juros fez com que alguns agentes endossassem críticas à política monetária do Banco Central.

TAXA DE JUROS

TAXA SELIC

Gráfico 3 - SELIC jan. 2015 - jun. 2023



Fonte: BCB, 2023.

Alguns agentes econômicos esperavam uma diminuição da taxa diante de um cenário econômico brasileiro mais favorável, pois no primeiro trimestral de 2023 o PIB foi maior do que o esperado (1,9%), decorrente do desempenho do setor agropecuário que apresentou safras recordes; a inflação vem decaindo ao longo dos meses configurando no acumulado dos últimos 12 meses até o mês de maio em 4,18%; e a taxa de desempregados está estabilizada em torno de 8,5%.

Contudo, o Copom argumenta que, mesmo com um cenário econômico do Brasil demonstrando resultados positivos, é necessário tomar decisões cautelosas na política monetária estabelecida pela Banco Central. A escolha em não alteração da taxa é ponderada pela expectativa do resultado do PIB para o segundo semestre, pois espera-se que seja menos expressivo do que o primeiro devido à sazonalidade das plantações e, com isso, a agropecuária terá diminuição da produção e, por consequência, menor impacto no resultado do PIB.

Outro ponto levado em consideração é a situação de incerteza do setor externo, devido ao cenário inflacionário nos Estados Unidos e em alguns países europeus estarem em fase de estabilização da inflação, levando-a para a meta. A falência de alguns bancos nos Estados Unidos (EUA) deixa um ambiente bastante incerto, principalmente para os países emergentes, por exemplo, no Brasil.

TAXA DE JUROS

TAXA SELIC

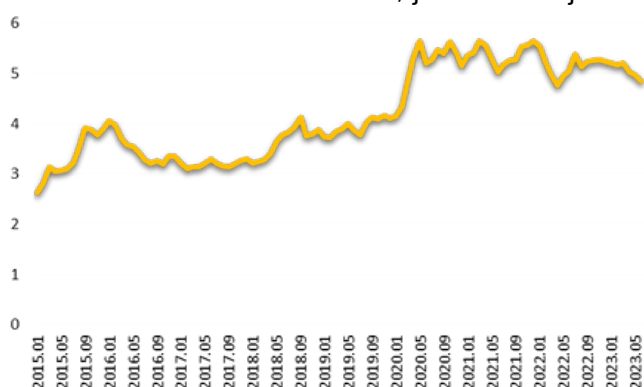
Em caráter de informativo atualizado, destaca-se que no início de agosto o Copom anunciou a redução da taxa SELIC para 13,25%; um decréscimo de 0,5% em relação ao patamar anterior. Esse resultado foi impulsionado, especialmente, pela melhoria persistente da taxa de inflação nos últimos meses. Segundo o comunicado do comitê esse o novo percentual deve colaborar com a suavização das flutuações do nível de atividade econômica, bem como contribuir no trajeto do pleno emprego.

TAXA DE CÂMBIO

TAXA DE CÂMBIO NOMINAL

Considerando o período de janeiro de 2015 a junho de 2023, percebe-se que ocorreram diversas oscilações; todavia, nota-se uma tendência de alta, tendo em vista que essa taxa saiu de R\$2,63 para R\$4,85 ao longo do período selecionado. Esse resultado indica que os residentes no Brasil tiveram que obter mais recursos monetários em reais para adquirir bens e/ou serviços no exterior.

Gráfico 4 - Taxa de câmbio, jan. 2015 - jun. 2023



Fonte: BCB, 2023.

TAXA DE CÂMBIO

TAXA DE CÂMBIO NOMINAL

No entanto, esse cenário é modificado para uma análise restrita ao primeiro semestre de 2023, pois a taxa de câmbio vem apresentando uma redução importante, dessa forma, passando de R\$5,2 em janeiro para R\$4,85 em junho do ano corrente.

O comportamento de declínio foi impulsionado por diversos fatores relevantes, entre eles: melhoria na balança comercial e expectativa na redução da taxa de juros nos próximos meses. O primeiro fator está relacionado com os bons resultados vindos do agronegócio, em virtude da redução das incertezas no setor e das exportações recordes no montante de US\$ 82,80 bilhões no semestre.

O segundo fator se refere ao comportamento da taxa SELIC em um futuro próximo. A redução percentual dos juros é vista com bons olhos por boa parte dos investidores, tendo em vista que os custos de manutenção e inserção no mercado devem cair, bem como, espera-se que o consumo sofra um acréscimo.

Além disso, pode-se dizer que as operações de *carry trade* contribuíram também para tal resultado, pois investidores oriundos de países com taxas de juros menores preferem investir em papéis brasileiros, tendo em vista os retornos superiores, em comparação aos demais países.

Em comparação aos demais países emergentes, a moeda brasileira ganhou valorização, ficando bem posicionada, dessa forma, ficando atrás apenas da Colômbia e México. Esse cenário favorável gera expectativas para novos acordos comerciais importantes com países desenvolvidos.

Outro elemento relevante que precisa ser citado é o ambiente externo. Apesar da existência de incertezas, o cenário exterior se apresentou positivo, tendo em vista os bons resultados da balança comercial. Os números apontam um saldo de US\$ 45,5 bilhões, desse modo, representando um acréscimo de 32,9% em relação aos primeiros seis meses de 2022.

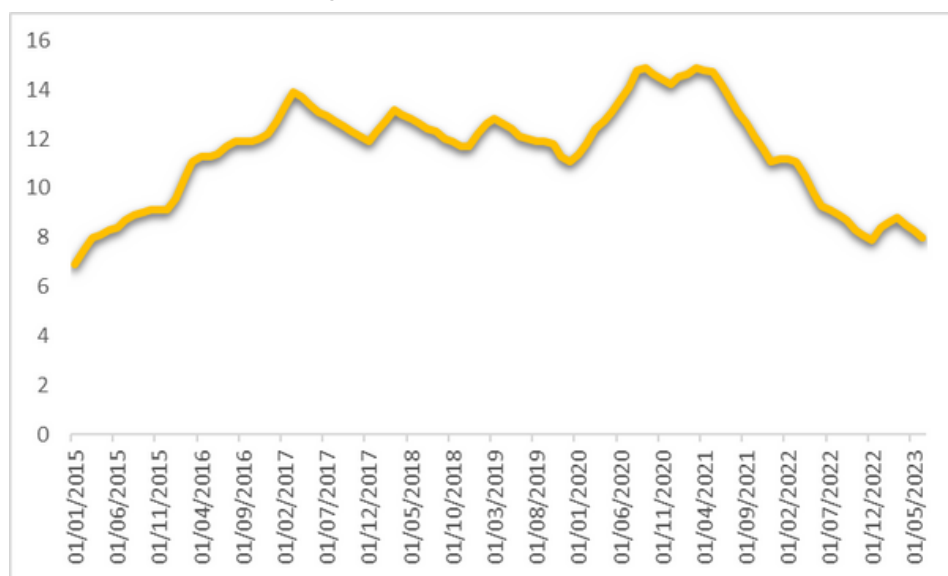
Dito isso, percebe-se que os resultados dos diversos fatores (política monetária, balança comercial, investimentos exteriores, cenário econômico global, incertezas econômicas e políticas domésticas), que podem afetar a taxa de câmbio, mostraram-se favoráveis e colaboraram para os dados observados.

MERCADO DE TRABALHO

DESEMPREGO

Quanto ao mercado de trabalho no Brasil, a taxa de desemprego vem apresentando taxas cada vez menores, desde a retomada da economia após a implementação de medidas sanitárias e econômicas efetuadas pelo poder público contornar a crise da pandemia de Covid-19. Os dados mostram a criação de novos postos de trabalho com um aumento da população ocupada em abril, maio e junho de 2023.

Gráfico 5 - Desemprego (%), jan. 2015 - jun. 2023



Fonte: BCB, 2023.

De acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados (CAGED) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o percentual de desempregados sinaliza um processo de estabilização no primeiro semestre do ano corrente. A taxa de desemprego apresentou uma porcentagem de 8,4% em março e reduziu para 8,1% em maio de 2023 (dados dessazonalizados). Uma possível justificativa seria a queda no número de pessoas procurando trabalho nesse período, especialmente, os jovens que estão dedicando um maior intervalo de tempo aos estudos.

Sob essa perspectiva, os dados da PNAD contínua para o segundo trimestre de 2023 estimam que a população desocupada no Brasil está em torno de 8,6 milhões de pessoas; e a população ocupada é de 98,9 milhões, número estável em relação ao trimestre anterior.

MERCADO DE TRABALHO

DESEMPREGO

Segundo o IBGE, o número de pessoas na força de trabalho fechou o trimestre com 107,3 milhões de pessoas. Já a população fora da força de trabalho, a exemplo de estudantes e trabalhadoras domésticas, cresceu 0,11% em relação ao trimestre anterior.

Apesar de a economia brasileira apresentar melhorias nos indicadores de crescimento, as empresas de pequeno e médio porte demonstram dificuldades, principalmente, para abrir ou ampliar seus investimentos nos negócios, dessa forma, limitando novas contratações. Com o programa de renegociação de dívidas (Desenrola), da atual gestão do governo federal, espera-se uma melhoria na economia e, conseqüentemente, aquecimento no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho, mesmo apresentando uma redução na taxa de desemprego, a expectativa é que a taxa de desemprego permaneça estável. Diante das perspectivas para o crescimento da economia, o mercado sinaliza uma desaceleração, visto uma redução da intenção de contratação.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

DADOS GERAIS

Quadro 1 - População, exportação, importação e saldo comercial, jan. - jun. 2023

População	Exportação	Importação
3.974.495	\$95.804.008	\$460.753.399

Fonte: IBGE e MDIC, 2023.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

DADOS GERAIS

De acordo com os dados do IBGE, a população paraibana passou de 3.766.528, em 2010, para 3.974.495 habitantes, em 2022, ou seja, um aumento de 5,5%. Em comparação aos demais estados nordestinos, a Paraíba teve a segunda maior variação, ficando atrás apenas do Sergipe.

As exportações de produtos no estado reduziram, de forma significativa, passando de \$30.619.739, em janeiro, para 9.654.132, em junho do ano corrente, ou seja, um decréscimo de -68%, contribuindo para o déficit de \$-364.949.391, na balança comercial do primeiro semestre. Diante desse cenário, nota-se que os calçados e derivados da cana-de-açúcar foram os principais produtos destinados à exportação. Nesse sentido, os principais destinos dos produtos paraibanos no exterior, foram: Espanha, Gana e França.

Por outro lado, as importações aumentaram substancialmente, passando de \$58.675.037, em janeiro, para 82.782.282, em junho de 2023, isto é, um crescimento de 41%. Os principais produtos importados foram células fotovoltaicas e óleos brutos de petróleo, oriundos da China, Estados Unidos e Rússia.

CUSTO DA CESTA BÁSICA

A cesta básica para a cidade de João Pessoa, pelo Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi estimada em R\$ 594,45 no primeiro semestre de 2023, um aumento de 5,57%, se comparado ao mesmo período de 2022, quando esta cesta foi estimada em R\$ 563,09.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

CUSTO DA CESTA BÁSICA

Os itens e a quantidade mínima que cada indivíduo adulto deve consumir por mês são indicados no Decreto-Lei 399, do ano de 1938. Para a região 2, da qual a Paraíba faz parte, os produtos que compõem a cesta são: carne bovina (4,5 kg), leite integral (6 L), feijão carioca (4,5 kg), arroz integral (3 kg), farinha (3 kg), legumes - representado pelo custo do tomate - (12 kg), pão francês (6 kg), café (300 g), frutas - representadas pelo custo da banana prata e nanica - (90 unidades), açúcar cristal, óleo de soja e manteiga (200 g).

O gráfico abaixo mostra como se deu a evolução das somas dos custos dos bens citados acima (ponderados pelos seus pesos), no primeiro semestre de 2023. Como é visto, a cesta apresentou uma variação relativamente grande nesse período. Após apresentar uma elevação acentuada nos dois primeiros meses do ano e chegar a ultrapassar os R\$ 620,00, no início do ano, a soma dos custos desses bens caiu de forma acentuada no mês de abril, chegando a ser calculada por volta de R\$ 560,00, uma diminuição de R\$ 60,00, se comparado ao pico do começo do ano. Entretanto, a estimacão do conjunto de bens voltou a subir de forma mais forte no mês de junho, chegando até a ultrapassar os R\$ 620,00 vistos no começo do período.

Gráfico 6 - Preço da cesta básica em João Pessoa-PB (jan.-jun. 2023)



Fonte: LABIMEC, 2023.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

CUSTO DA CESTA BÁSICA

A figura acima mostra como se deu a evolução das somas dos custos dos bens citados acima (ponderados pelos seus pesos), no primeiro semestre de 2023. Como é visto, a cesta apresentou uma variação relativamente grande nesse período.

Após apresentar uma elevação acentuada nos dois primeiros meses do ano e chegar a ultrapassar os R\$ 620,00 no início do ano, a soma dos custos desses bens caiu de forma acentuada no mês de abril, chegando a ser calculada em torno de R\$ 560,00, uma diminuição de R\$ 60,00, se comparado ao pico do começo do ano. Entretanto, a estimação do conjunto de bens voltou a subir de forma mais forte no mês de junho, chegando até a ultrapassar os R\$620,00 vistos no começo do período.

Mas, o que explica esse aumento de preços? A tabela abaixo mostra os produtos da região 2, as quantidades indicadas pelo Decreto-Lei 399, de 1938, os custos dos itens estimados nos primeiros semestres de 2022 e 2023 e as variações nominais e percentuais entre os dois semestres iniciais.

Como mostra a Quadro 2, os itens que mais contribuíram para o aumento do custo da cesta, baseado no aumento nominal, foram: banana, leite, manteiga, farinha, pão, feijão e arroz. Por outro lado, os itens que observaram uma diminuição dos custos foram: carne, tomate, óleo e açúcar. O preço do café aumentou em apenas R\$ 0,1.

A banana foi o item que mais aumentou na comparação desses dois períodos, tendo um aumento de R\$ 9,40, leite com um aumento de R\$ 7,02, e a manteiga tendo seu preço elevado em R\$ 6,79, foram os itens que mais contribuíram para o encarecimento da cesta. Por outro lado, a carne, que é o item de maior custo dentro da cesta, contribuiu para que o aumento do preço da cesta não fosse mais alto com uma diminuição de R\$ 5,91.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

CUSTO DA CESTA BÁSICA

Quadro 2 - Itens da cesta básica e seus respectivos valores

Produto	QTDE	1º sem. 2022	1º sem. 2023	Var. R\$	Var. %
Banana	90 unid	48,72	58,12	9,4	19,29
Leite	6 Litros	35,1	42,12	7,02	20,00
Manteiga	750 Gramas	38,2	44,99	6,79	17,77
Farinha	3 KG	16,52	23,17	6,65	40,25
Pão	6 KG	73	78,28	5,28	7,23
Feijão	4,5 KG	40,15	45,33	5,18	12,90
Arroz	3,6 KG	17,77	19,4	1,63	9,17
Café	300 Gramas	10,06	10,16	0,1	0,99
Açúcar	3,0 KG	12,65	12,51	-0,14	-1,11
Óleo	750 ML	9,36	7,89	-1,47	-15,71
Tomate	12 KG	79,21	76,05	-3,16	-3,99
Carne	4,5 KG	182,29	176,38	-5,91	-3,24

Fonte: LABIMEC, 2023.

RENDIMENTO REAL MÉDIO

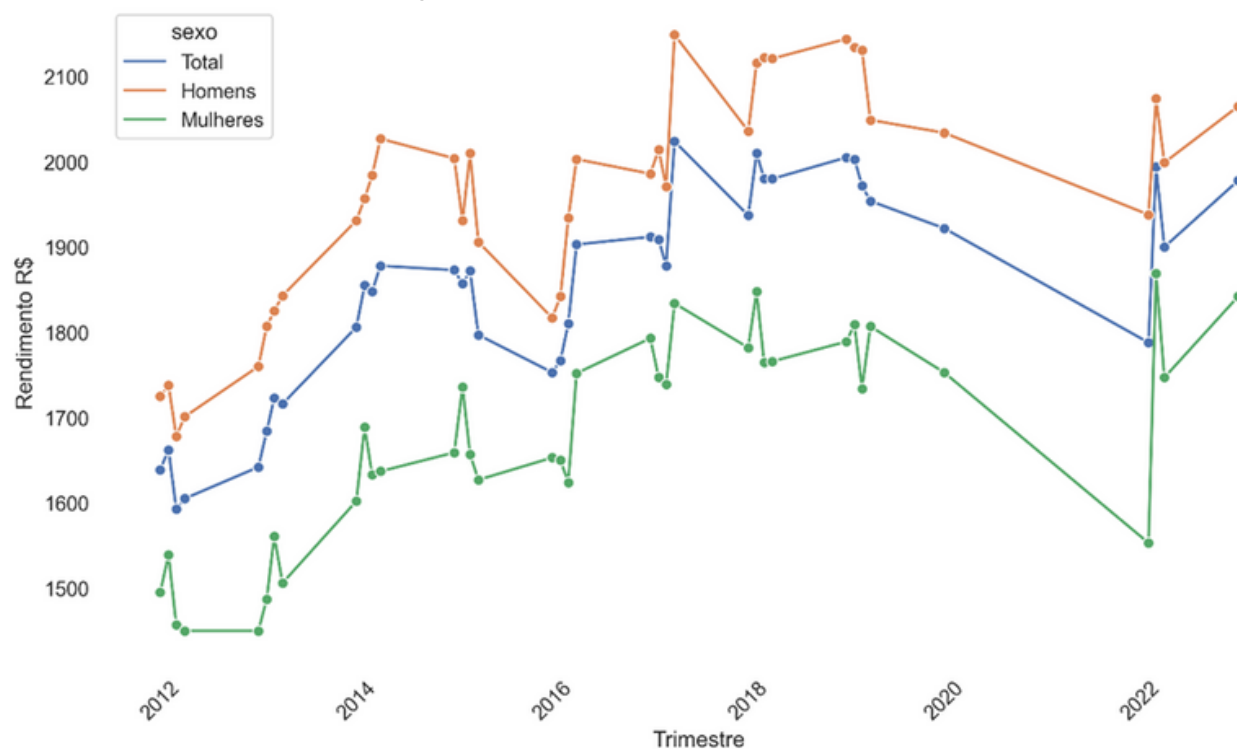
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o rendimento médio mensal real dos paraibanos foi de R\$ R\$ 1.978,00, no primeiro trimestre de 2023. Isto representa um aumento de R\$ 190,00, se comparado ao mesmo período de 2022, quando o rendimento médio era de R\$ 1.788,00.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

Quando os dados são segregados por sexo, foi estimado que, para o primeiro trimestre de 2023, os rendimentos para homens e mulheres eram de R\$ 2.065,00 e R\$ 1.842,00, respectivamente, uma diferença nominal de R\$ 223,00. Quando comparamos com o primeiro período de 2022, observamos que os rendimentos para os homens cresceram em R\$ 127,00, enquanto que para as mulheres o aumento foi de R\$ 189,00.

Apesar do aumento dos rendimentos vistos, se comparados ao primeiro trimestre do ano anterior, os rendimentos dos homens não são os maiores da série histórica, como mostra a figura abaixo. Para essa parte da população, o maior rendimento mensal real foi no primeiro trimestre de 2017, quando os rendimentos atingiram R\$ 2.149,00.

Gráfico 7 - Rendimento por gênero, 2012 - jun. 2023



Fonte: IBGE, 2023.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

RENDIMENTO REAL MÉDIO

Por outro lado, apesar de os rendimentos das mulheres não serem os maiores da série histórica, no primeiro trimestre de 2023, os rendimentos observados nos primeiros três meses de 2023 estão muito perto dos maiores já registrados para essa parcela da população, quando no terceiro trimestre de 2022 o rendimento real mensal feminino foi de R\$ 1.869,00, uma diferença de apenas R\$ 27,00. Quando comparamos essa diferença com os homens, verifica-se que a diferença do maior rendimento e o rendimento atual é de R\$ 84,00.

MERCADO DE TRABALHO

Quadro 3 - Indicadores de mercado de trabalho na Paraíba, jan. - jun. 2023

Indicadores	Paraíba
Nível de ocupação	46,3%
Rendimento médio habitual de todos os trabalhos	R\$ 1.978,00
Taxa de subutilização	28,3%
Taxa de desalentadas	7,8%
Taxa de desocupação	11,1%
Taxa de informalidade	50,0%
Taxa de participação na força de trabalho	52,1%

Fonte: IBGE, 2023.

Na Quadro 3 são apresentados os valores dos principais indicadores de mercado de trabalho na Paraíba, atualizados até o primeiro trimestre de 2023. Destaca-se que o nível de ocupação apresentou um percentual de 46,3%.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

Esse indicador mede a proporção de pessoas empregadas em relação ao total de pessoas em idade para trabalhar. Outro indicador importante é que o rendimento médio habitual de todos os trabalhos é de R\$ 1.978,00, bem inferior à média nacional do trimestre analisado, que foi de R\$ 2.799.

A taxa de subutilização da força de trabalho foi de 28,3%. Essa taxa mede o percentual de pessoas que não estão trabalhando em sua capacidade total ou não estão empregadas, mas têm potencial e disponibilidade para trabalhar mais ou para ocupar uma vaga de emprego adicional.

A taxa de desalentados foi de 7,8%. Esse valor diz que uma parte das pessoas desistiu de procurar trabalho, devido à falta de oportunidades ou ao desânimo com as perspectivas de conseguir uma colocação. Esse indicador vem apresentando queda a nível nacional, em 2023, e fechou o fim do primeiro semestre com aproximadamente 3,7 milhões de pessoas nessa condição.

Sobre a taxa de desocupação, onde é calculado o total de pessoas que procuraram trabalho e não encontram, mas fazem parte da população economicamente ativa, obteve um percentual médio de 11,1%, ocupando a 8ª colocação entre as maiores taxas de desocupação por Unidade Federativa, sendo contabilizadas aproximadamente 187 mil pessoas nessa condição.

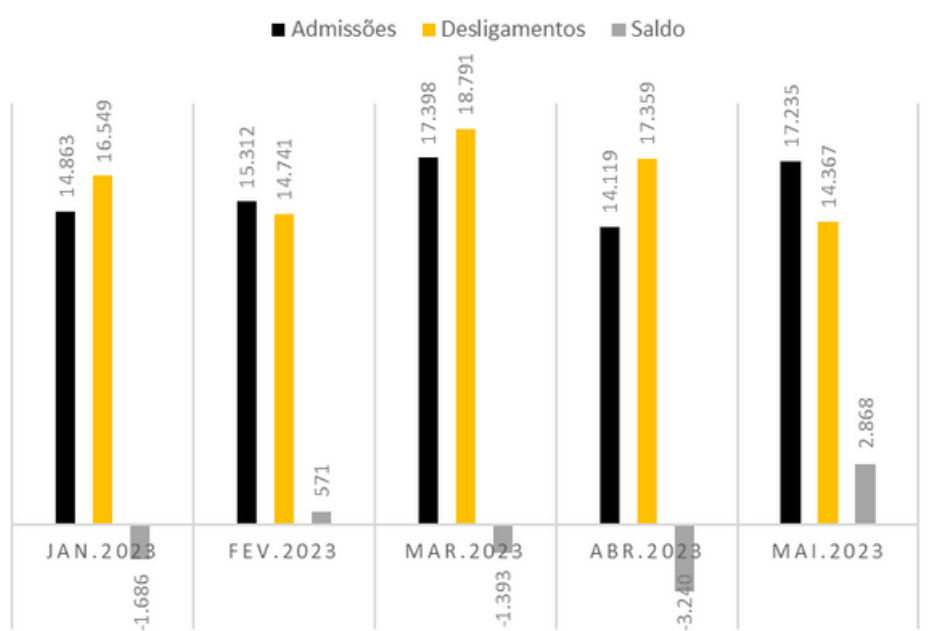
Outra taxa importante é a de informalidade, que apresentou um valor de 50%, ou seja, metade das pessoas que trabalham no estado da Paraíba se encontram no mercado informal. Em outras palavras, é um percentual das pessoas que não possuem registro formal de emprego, não contribuem para a previdência social e não têm acesso aos mesmos direitos e benefícios trabalhistas que os trabalhadores formais.

Por fim, temos que a taxa de participação na força de trabalho apresentou um percentual de 52,1%. É importante que essa taxa esteja sempre aumentando, pois é referente ao total de pessoas que estão aptas a trabalhar, ou seja, pessoas ocupadas ou que estão à procura de trabalho.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

FLUXO DE EMPREGO E DESEMPREGO

Gráfico 8 - Quantidade de admissões, desligamentos e saldo de empregos, jan. - maio 2023



Fonte: IBGE, 2023.

Em termos numéricos, a quantidade de admissões no acumulado no período selecionado chega a 78.927, enquanto que o número de desligamentos alcança o patamar de 81.807, ou seja, uma diferença alarmante de -2.880 vínculos empregatícios.

No entanto, cabe ressaltar que esse cenário não é inédito, pois, repetiu-se em anos anteriores. Ademais, percebeu-se também que os meses de junho e julho, geralmente, apresentam resultados positivos. Dessa forma, espera-se números favoráveis ao mercado de trabalho paraibano nos próximos meses.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

HABITAÇÃO

Em um caminho contrário ao comportamento do cenário nacional, o custo médio por metro quadro na Paraíba apresentou uma redução monetária importante no acumulado do primeiro semestre do ano corrente, apesar da volatilidade dos números. Seguindo essa linha de raciocínio, afirma-se que o custo médio do m² em moeda corrente no Brasil é de R\$1.706,50; ou seja, bem acima da média estadual.

Quadro 4 - Custo médio por metro quadrado

Período	Custo médio m ² - moeda corrente	Custo médio m ² - variação percentual em doze meses	Custo médio m ² - variação percentual no ano	Custo médio m ² - variação percentual no mês
jan.2023	1.684,45	10,45	0,31	0,31
fev.2023	1.685,74	9,92	0,39	0,08
mar.2023	1.689,13	9,06	0,59	0,2
abr.2023	1.693,67	8,05	0,86	0,27
mai.2023	1.612,62	4,53	1,32	0,55
Jun.2023	1.644,52	5,93	3,33	1,98

Fonte: IBGE, 2023.

Todavia, nota-se que tal custo na Paraíba é mais alto em comparação aos estados próximos, por exemplo: Rio Grande do Norte (R\$ 1.564,58) e Pernambuco (R\$ 1.577,86). Além disso, nota-se que a o custo médio na região Nordeste também é mais baixo (R\$ 1.591,72).

Sendo assim, espera-se que o custo médio m² continue reduzindo, ganhando competitividade monetária frente aos estados circunvizinhos e favorecendo o processo de habitação dos indivíduos.

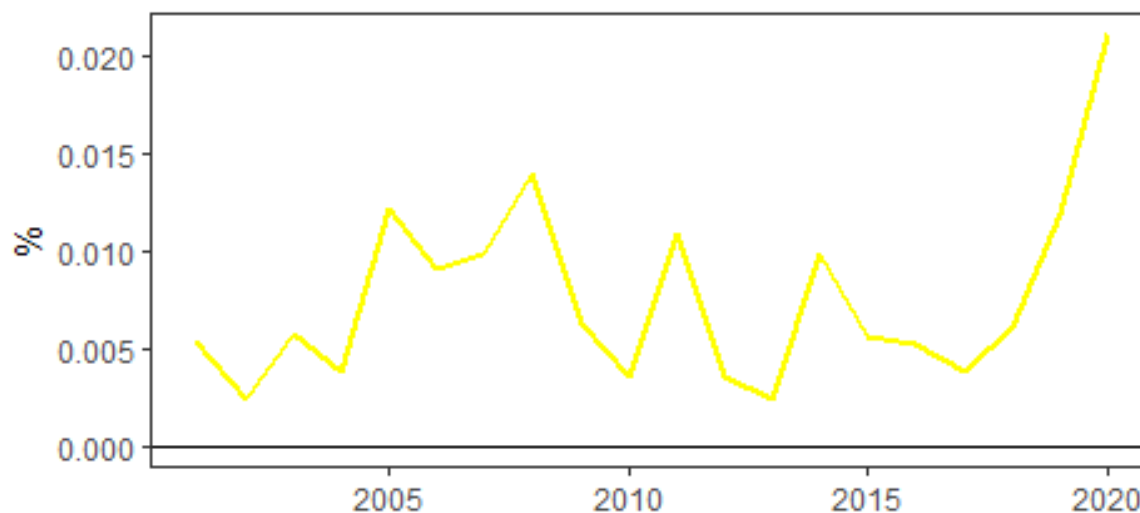
INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

RESULTADO PRIMÁRIO: RECEITAS E DESPESAS

Esta seção analisa a evolução mais recente dos principais indicadores fiscais para o estado da Paraíba. Os indicadores apresentados a seguir mostram que o estado tem mantido um bom desempenho fiscal, principalmente, em relação à média nacional. Pode-se observar no gráfico 9 que o governo apresenta sucessivos superávits ao longo da sua série, em destaque para os anos mais recentes com o aumento deste indicador.

Gráfico 9 - Resultado Primário da Paraíba (% PIB), 2001-2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Esse desempenho pode ser mais bem ilustrado pela desagregação dos dados. A Quadro 5 apresenta de forma resumida as principais fontes de receitas da Paraíba e suas despesas correntes. Nota-se que, em média, 50% da receita primária corrente é composta pela arrecadação de impostos, sendo 80% destes representados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), evidenciando sua importância nesta composição.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

RESULTADO PRIMÁRIO: RECEITAS E DESPESAS

Outro destaque na conta de receitas primárias são as transferências correntes, que representam 44% das receitas, sendo 67% dessas transferências compostas pelo Fundo de Participação Estadual (FPE). Os dados mostram considerável dependência no orçamento do estado, tanto em relação à arrecadação de impostos quanto de transferências.

Quadro 5 - Execução Orçamentária (RREO) da Paraíba, Receitas e Despesas Resumidas

Descrição	2018	2019	2020	2021
1 Receitas Primárias Correntes (milhões)	11.464	12.205	13.368	15.561
1.1 Impostos e taxas (milhões)	5.912	6.237	6.508	7.914
Dos quais (%)	81,2	80,5	80	80,4
1.2 Transferências (milhões)	4.814	5.218	6.186	6.669
Das quais, FPE (%)	70,7	70,4	57,3	71
2 Despesas Primárias Correntes (milhões)	10.668	11.064	11.540	13.066
% Pessoal e encargos sociais	59,2	59	64	60,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO).

Em relação às despesas correntes, houve crescimento destas ao longo de 2018-2021, mas que foi acompanhado também pelo crescimento das receitas. O destaque na composição dessa conta é dado pelas despesas com pessoal, que representam, em média, 60,1% das despesas primárias correntes, indicando um certo nível de rigidez no orçamento.

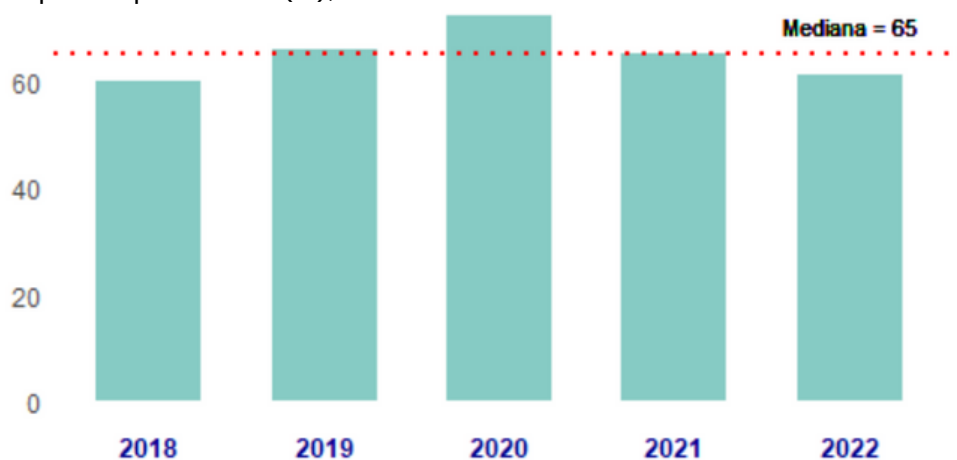
INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

RESULTADO PRIMÁRIO: RECEITAS E DESPESAS

O gráfico 10 apresenta a evolução das despesas com pessoal em relação ao total das despesas primárias. Observa-se que, ao longo do período, o estado da Paraíba manteve sua despesa com pessoal acima de 50% no total das despesas primárias, com destaque para o ano de 2020, que ultrapassou os 60% em relação ao total.

Gráfico 10 - Participação das despesas com pessoal no total das despesas primárias (%), 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

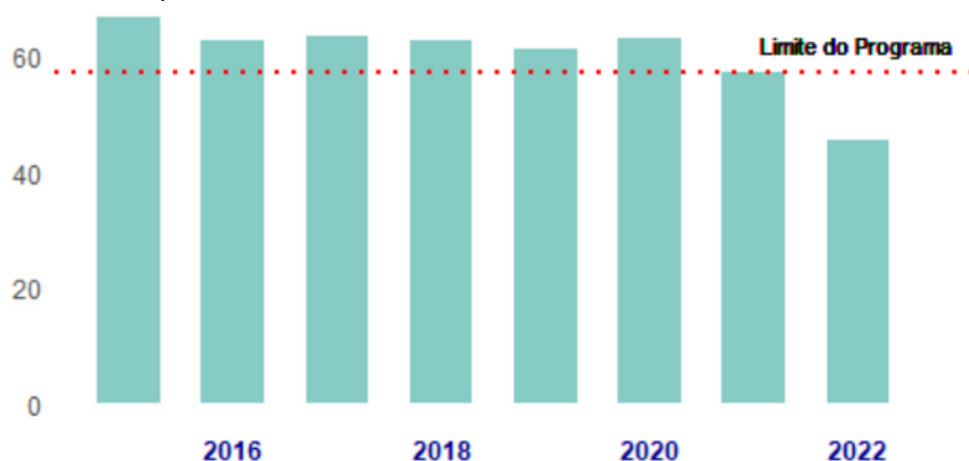
A Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), limita o gasto com pessoal para os estados e Distrito Federal até 60% da receita corrente líquida. Enquanto, de forma mais restritiva, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) limita a 57%. A Figura 9 mostra essa relação para os últimos oito anos.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

RESULTADO PRIMÁRIO: RECEITAS E DESPESAS

Gráfico 11 - Relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida, 2015-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

De acordo com ambas as metodologias, o estado da Paraíba ultrapassou o limite de comprometimento de suas receitas líquidas referente à despesa com pessoal, nos últimos oito anos, com exceção para o ano de 2022 que, conforme evidencia o gráfico, apresentou uma significativa melhora nesse indicador.

Um dos indicadores importantes na análise da dívida para os dados desagregados é a razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), expressando a capacidade de pagamento de cada estado, uma vez que a receita corrente serve de parâmetro para o limite das despesas. Este indicador mostra o quanto, em um exercício orçamentário, a RCL seria consumida caso a DCL fosse paga integralmente.

INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

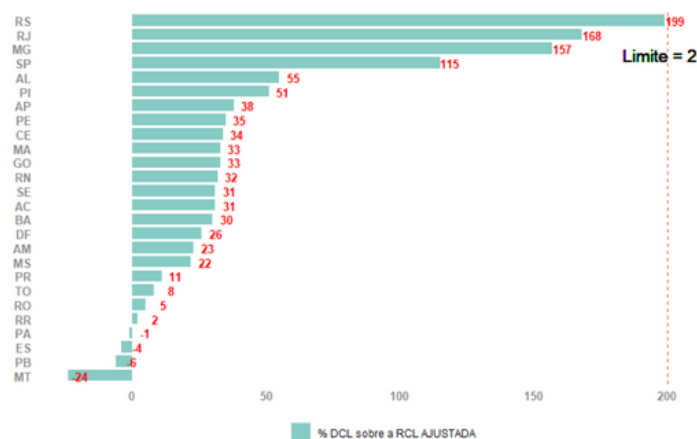
PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

O limite de endividamento estabelecido para os estados é de 200% da RCL. Alguns estados se apresentam como credores líquidos e outros como devedores, evidenciando a heterogeneidade dos quadros fiscais das Unidades Federativas.

Para contextualizar esse comparativo e a heterogeneidade estadual, o gráfico 12 apresenta essa relação para os demais estados. Entre 2017-2020, por exemplo, os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul ultrapassaram o limite de 200%, e recentemente ainda apresentam coeficientes elevados.

Gráfico 12 - Relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida, 2015-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

O gráfico 12 mostra esse indicador para o ano de 2022, apesar de nenhum ente ter ultrapassado o limite de 200%. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo ainda apresentam uma situação de alto endividamento, chegando a mais de uma receita líquida do seu orçamento, caso essa dívida fosse paga integralmente.

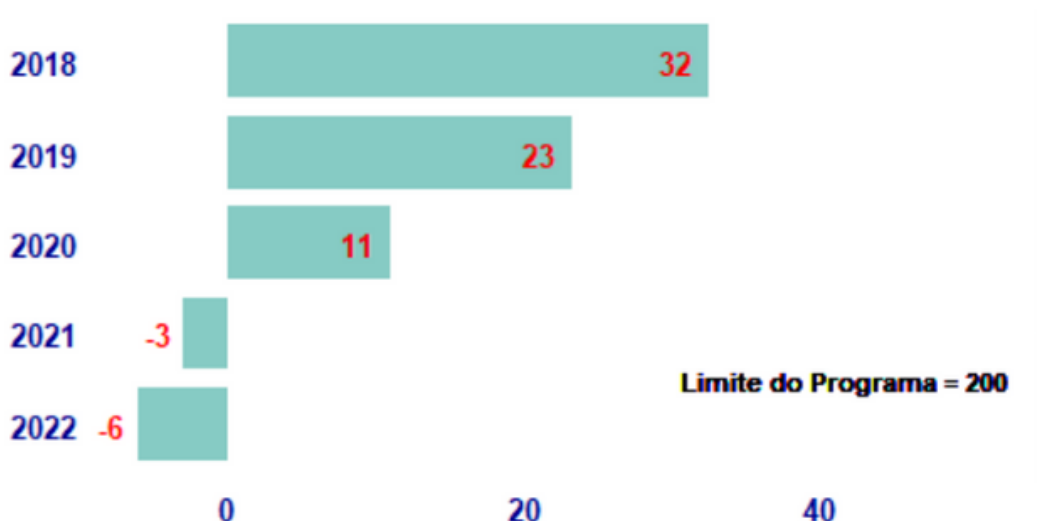
INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Os melhores resultados no cenário fiscal da Paraíba também se deram com a redução na razão (DCL) Dívida Consolidada Líquida (% PIB) / Receita Corrente Líquida (RCL), expressando a capacidade de pagamento do estado, conforme é apresentado a seguir. O gráfico 13 mostra a evolução deste indicador para a Paraíba nos últimos 5 anos. O estado manteve a dívida líquida inferior a um ano de sua receita líquida, com destaque para a redução desse indicador de 32%, em 2018, para -6%, em 2022, apresentando-se como credor líquido. Portanto, em relação a outros estados, a Paraíba tem mantido boa posição fiscal com redução da razão DCL/RCL e aumento de resultado primário.

Gráfico 13 - Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (%), 2018-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Em relação à capacidade de pagamento, que é uma classificação de risco realizada pelo Tesouro Nacional, para avaliar a situação fiscal dos estados, sendo A baixo risco e boa situação fiscal e D alto risco de inadimplência.

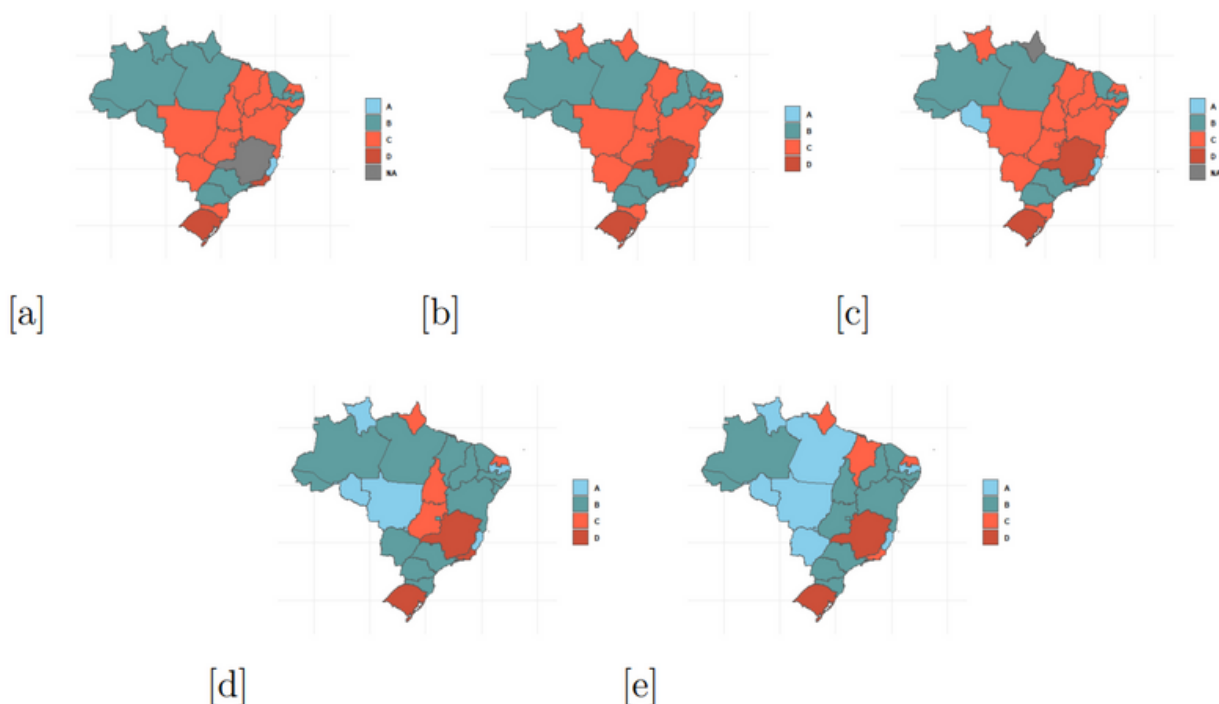
INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

PANORAMA FISCAL DA PARAÍBA

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

A média final da CAPAG é calculada através de três indicadores: Endividamento, Poupança Corrente e Índice de Liquidez, com a finalidade de identificar o risco de crédito para novos empréstimos de garantia com a União.

Gráfico 14 - Nota dos Indicadores da CAPAG, por estados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

De acordo com o gráfico 14, a Paraíba, nos últimos 5 anos, esteve entre notas A e B, mantendo a classificação A para os últimos dois anos, 2021 e 2022. Esta capacidade de pagamento entre A e B permite que o Ente receba garantia da União para novos empréstimos.

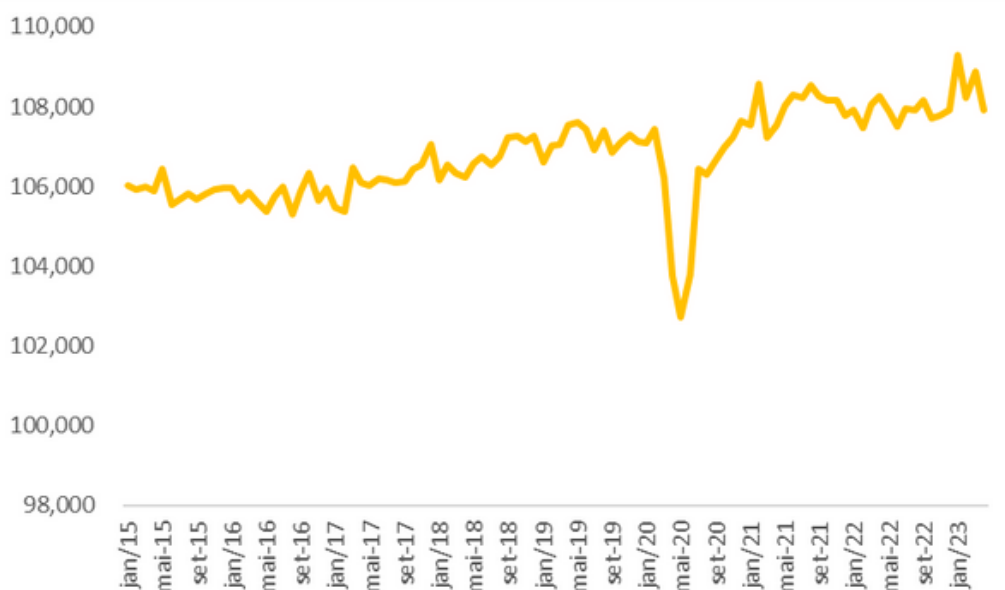
INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DA PARAÍBA (IAE-PB)

O IAE-PB é um indicador composto da atividade econômica do estado da Paraíba, estimado em periodicidade mensal (até abril de 2023). O seu objetivo é mensurar o nível de atividade econômica do estado e traduzir o cenário produtivo em tempo hábil, de modo a reduzir o gap existente entre os momentos de coleta, manipulação e divulgação dos indicadores pelos órgãos oficiais.

Tal indicador é elaborado por meio de um conjunto de variáveis altamente correlacionadas com a atividade produtiva e de fácil observação (como arrecadação fiscal, consumo de energia, entre outras). Desse modo, o IAE-PB pode proporcionar um melhor entendimento das flutuações econômicas do estado (períodos de expansão ou contração), bem como auxiliar no processo de formação das expectativas dos agentes econômicos e na gestão de políticas públicas.

Gráfico 15 - IAE-PB



Fonte: LABIMEC, 2023.

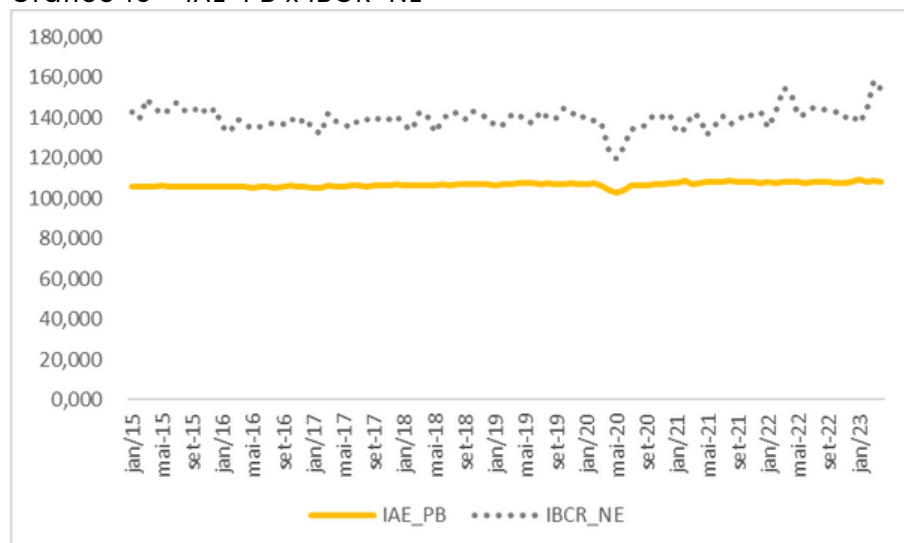
INDICADORES ECONÔMICOS NA PARAÍBA

ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DA PARAÍBA (IAE-PB)

Como observado no gráfico acima, a economia paraibana apresentou tendência de crescimento entre 2017-2020, acompanhando a retomada econômica brasileira após o período 2014-2016. Em março de 2020, ocorreu uma quebra na trajetória da atividade produtiva estadual, refletindo, possivelmente, a eclosão da pandemia do novo coronavírus. A recuperação começa a ser vislumbrada no final de 2020 e início de 2021.

Os primeiros meses de 2023 marcaram a continuação do processo de retomada da atividade econômica da Paraíba. Apesar da contração visualizada no nível de atividade para o período janeiro-abril, a economia permanece em maiores níveis do que o experimentado no período pandêmico. Esse indicador pode ser comparado com outros indicadores tradicionais e regionais, conforme apresentado no gráfico 14.

Gráfico 16 - IAE-PB x IBCR-NE



Fonte: LABIMEC, 2023.

Quando se compara o IAE-PB ao Índice Atividade Econômica Regional do Nordeste (IBCR-NE, de autoria do Banco Central), percebe-se que o indicador gerado reproduz a tendência da atividade econômica regional.

REFERÊNCIAS

BCB - Banco Central do Brasil. **Panorama econômico**. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2023.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Próximo a atingir um novo recorde, produção de grãos está estimada em 315,8 milhões de toneladas**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5030-proximo-a-atingir-um-novo-recorde-produca>. Acesso em: 29 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=BR&tema=1. Acesso em: 29 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação e importação geral**. Disponível em: comexstat.mdic.gov.br/pt/geral. Acesso em: 29 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)**. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/programa-de-reestruturacao-e-de-ajuste-fiscal-paf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf-uniao>. Acesso em: 11 ago. 2023.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CONTATO

Redes sociais:



@labimec



@labimec



@Labimec



Labimec UFPB

Site:

www.ufpb.br/labimec

Endereço:

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Campus I - Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil

CEP: 58051-900

